



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE JUNHO DE 1979

Presidente: Ex.^{ma} Sr. Teófilo Carvalho dos Santos

Secretários: Ex.^{mas} Srs Alfredo Pinto da Silva
 Carlos Alberto Coelho de Sousa
 Maria José Paulo Sampalo
 José Manuel Mala Nunes de Almeida

SUMÁRIO

SUMÁRIO: — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 11 horas e 5 minutos.

Suspensa a sessão até às 16 horas e 20 minutos, por decisão tomada em reunião dos presidentes dos grupos parlamentares, o Sr. Presidente deu cona à Assembleia, após a reabertura dos trabalhos, de um comunicado da Presidência da República dando notícia das razões invocadas pelo Governo para a própria demissão. O conteúdo do comunicado e as reacções que suscitou no Plenário motivaram intervenções, a diverso título, por parte dos Srs. Deputados Acácio Barreiros (UDP), Carlos Brito (PCP), Lopes Cardoso (Indep.), Aires Rodrigues (Indep.), Mário Soares (PS), Amaro da Costa (CDS), Sa'gado Zenha (PS), Pedro Roseta (PSD), Vasco da Gama Fernandes (Indep.) e António Guterres (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 17 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 50 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho Martins do Vale.
 Albano Pereira da Cunha Pina.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.
 Alberto Marques Antunes.
 Alfredo Pinto da Silva.
 Álvaro Monteiro.
 Amadeu da Silva Cruz.
 António Alberto Monteiro de Aguiar.
 António Barros dos Santos.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.

António Duarte Arnaut.
 António Jorge Moreira Portugal.
 António José Pinheiro da Silva.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel Maldonado Gonelha.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando F. C. Pereira Bacelar.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz Almeida Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Justino Luís Cordeiro.
 Carlos Manuel da Costa Moreira.
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.
 Dieter Dellinger.
 Edmundo Pedro.
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.
 Fernando Reis Luís.
 Florêncio Quintas Matias.
 Florival da Silva Nobre.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco António Marcos Barracosa.
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Gualter Viriato Nunes Basílio.
 Herculano Rodrigues Pires.
 Jaime José Matos da Gama.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 João Joaquim Gomes.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 Joaquim Oliveira Rodrigues.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.

Jorge Augusto Barroso Coutinho.
 José dos Santos Francisco Vidal.
 José Ferreira Dionísio.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Macedo Fragateiro.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Ludovina das Dóres Rosado.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís Alfredo Cardoso Monteiro.
 Luís José Godinho Cid.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Morais.
 Manuel Branco Ferreira Lima.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel Francisco Costa.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.
 Manuel Pereira Dias.
 Maria Emília de Melo Moreira da Silva.
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.
 Raúl d'Assunção Pimenta Régio.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Victor Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 António Augusto Lacerda de Queirós.
 Armando António Correia.
 Arnaldo Angelo de Brito Lhamas.
 Augusto Nunes de Sousa.
 Casimiro Gomes Pereira.
 Francisco Manuel Lumbrals de Sá Carneiro.
 José Angelo Ferreira Correia.
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Maria Elia Brito Câmara.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Álvaro Manuel Brandão Estêvão.
 Angelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canavarde.
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Carlos Martins Robalo.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.

Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.
 José Cunha Simões.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Macedo Pereira.
 José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.
 Nuno Krus Abecasis.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Rui Mendes Tavares.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Juzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido de Matos Gago.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos H. S. Aboim Inglês.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Eduardo Sá Matos.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Cavaleira Antunes.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Paiva Jara.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Vital Martins Moreira.
 Victor Henrique Louro de Sá.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Antídio das Neves Costa.
 António Augusto Gonçalves.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Joaquim Veríssimo.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Fernando Adriano Pinto.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Braga Barroso.

Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 178 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.
Eram 11 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está para aprovação o n.º 60 do *Diário*.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pretendo referir-me à aprovação do n.º 60 do *Diário*.

Como já foi várias vezes suscitado pelos Deputados sociais-democratas independentes, os *Diários* não estão sendo distribuídos. Sabemos que V. Ex.ª já despachou no sentido de essa situação ser corrigida e sabemos também que os serviços da Assembleia da República estão com a maior das boas vontades diligenciando resolver essa situação. A verdade, porém, é que ainda não foi possível resolvê-la, e nós pediríamos que até que passemos a receber os *Diários* sejam suspensas as aprovações, porque não estamos em condições de poder aprovar ou não os *Diários* publicados.

O Sr. Presidente: — Como a Assembleia não tem nada a opor, far-se-á conforme acaba de ser proposto.

Agora, Srs. Deputados, como sabem, acabou de se realizar uma reunião dos presidentes dos grupos parlamentares, onde se decidiu que esta reunião de hoje fosse suspensa para recomeçar às 16 horas.

Deste modo, dou por suspensa a sessão até às 16 horas.

Eram 11 horas e 8 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 16 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, um comunicado da Presidência da República dá a notícia da demissão do Governo. Assim, fica sem efeito o trabalho que tínhamos marcado para hoje, segunda-feira e terça-feira próximas, ou seja a apreciação das moções de censura apresentadas contra o Governo.

Dado que não há objecto, esta reunião vai prosseguir somente para a Mesa anunciar qual o dia da próxima reunião e a ordem de trabalhos para esse dia.

Temos para a próxima reunião, que é na terça-feira, às 15 horas, a seguinte ordem de trabalhos: para a primeira parte, eleição de um membro da Comissão Constitucional, dos presidente e vice-presidente do Plano e de um secretário da Mesa; para a segunda parte, as alterações ao Estatuto dos Deputados, as declarações de voto acerca dos institutos universitários de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Beira interior, as votações finais globais dos diplomas respectivos e de algumas ratificações já aprovadas.

Entretanto, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Era só para pedir que se lesse a comunicação do Sr. Presidente da República.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não se trata de uma comunicação ao Presidente da Assembleia da República nem à Assembleia. É simplesmente o que acabou de ser lido, às 16 horas, aos órgãos de comunicação social.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, verifico que alguns Srs. Deputados, porque vinham a caminho, não tiveram oportunidade de tomar conhecimento do comunicado feito ao País pelo Sr. Presidente da República.

Assim, associo-me ao pedido já feito no sentido de que fosse lida, pelo menos, a parte que trata da questão da exoneração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Sr. Presidente, queria pedir um esclarecimento à Mesa. Isto é, gostaria de saber como é que esse comunicado chegou às suas mãos. Gostaria de saber se o Sr. Presidente da República ignorou esta Assembleia, não lhe comunicando essa decisão e colocando os Deputados na situação de terem de ter conhecimento dela através dos órgãos de comunicação social, ou se efectivamente esse comunicado foi enviado ao Sr. Presidente através dos Serviços da Presidência da República e, obviamente, se destinaria a dele ser dado conhecimento aos Deputados.

Era este esclarecimento que pretendia, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Vai, então, proceder-se à leitura de uma cópia do comunicado que me foi dirigido, acompanhado de um cartão que diz: «Com os cumprimentos de Ramalho Eanes». Portanto, o comunicado foi-me enviado a título particular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Peço a palavra apenas para que fique registado que eu lamento e protesto quanto à forma como é dado conhecimento a esta Câmara da decisão do Sr. Presidente da Repú-

blica, forma que considero atentatória da dignidade desta Assembleia.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Rodrigues.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Associo-me às palavras do Sr. Deputado Lopes Cardoso, para dizer que também considero a atitude do Sr. Presidente da República atentatória da dignidade desta Câmara por não nos ter comunicado a exoneração do IV Governo Constitucional.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se à leitura do comunicado da Presidência da República.

Foi lido. É o seguinte:

Presidência da República

Comunicado

O Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução nos termos constitucionais, decidiu aceitar o pedido de exoneração do cargo de Primeiro-Ministro que lhe foi apresentado pelo Prof. Dr. Carlos Alberto da Mota Pinto.

O pedido fundamentou-se no facto de o Governo entender que «a maioria da Assembleia, através de uma acção sistemática de obstrução, com efeitos muito nefastos para a eficiência da acção governativa, retirou sentido útil à acção do Governo».

A exoneração do Primeiro-Ministro determina a demissão do Governo. Contudo, e de harmonia com o artigo 189.º da Constituição, os membros do Governo cessante permanecem em funções até à posse do novo Governo.

O Presidente da República iniciará de imediato as diligências necessárias à superação da crise governativa assim aberta, recebendo para o efeito, a partir de amanhã, sexta-feira, dia 8, os representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia da República.

Belém, 7 de Junho de 1979.

Aplausos de alguns Deputados do PS, do PCP, da UDP e dos Deputados Independentes Lopes Cardoso, Brás Pinto e Aires Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Quero ainda esclarecer que este comunicado me foi entregue muito antes das 16 horas. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Soares.

O Sr. Mário Soares (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas pedi a palavra para dar um esclarecimento à Câmara, a fim de que não haja especulações.

Os meus camaradas bateram palmas e eu não bati porque poderia haver aqui um equívoco. As palmas foram batidas, obviamente — julgo eu —, pelo facto de o Presidente da República ter demitido o Governo Mota Pinto. A isso eu bato palmas (*aplausos dos mesmos Deputados*), e não, evidentemente, aos termos que, segundo me informam, vêm entre aspas e que não são perfiados pelo Presidente da República, com

os quais o Governo Mota Pinto justifica o seu pedido de demissão.

Aplausos dos mesmos Deputados.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É também para um breve esclarecimento.

Tal qual como a bancada do PS, a bancada do PCP bateu palmas à comunicação que nos foi feita de que o Sr. Presidente da República aceitara a demissão do Governo Mota Pinto.

Batemos palmas em plena consciência, pois sabíamos que as referências injuriosas feitas pelo ex-Primeiro-Ministro à Câmara estavam no texto como justificações do próprio.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É também para dar uma explicação acerca da atitude da bancada do CDS no que diz respeito à reacção perante a leitura do comunicado presidencial.

O CDS não considera que exista nesse comunicado qualquer referência injuriosa, implícita ou explícita, à Assembleia da República nem considera que tenha sido feita pelo Primeiro-Ministro exonerado qualquer referência dessa natureza.

O exercício dos direitos constitucionais por parte do Presidente da República não mereceu as nossas saudações especiais, porque decorre daquilo que a Constituição lhe confere em matéria de poderes.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Pelo nosso lado, achamos perfeitamente razoável e justificado que o Presidente da República esclareça o País, pela sua voz e com a sua autoridade, acerca dos motivos que o Governo invocou para fundamentar o seu pedido de demissão. Não o fazer teria sido um sinal de obstrucionismo de informação perante o País. O País tem pelo menos o direito de esperar do Presidente da República que o esclareça acerca dos motivos pelos quais o Governo entendeu pedir a sua demissão.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — A apresentação pública dos argumentos invocados pelo Primeiro-Ministro demissionário é razoável, é justificável, é lógica, é compreensível e merece apoio.

Vozes do CDS: — Muito bem!

Protestos do PS e do PCP.

O Orador: — É evidentemente explicável que, tendo o Governo decidido tomar a atitude que tomou, o Presidente da República desvendasse ao País as razões de tal atitude, até porque elas são as verdadeiras

Aplausos do CDS e protestos do PS e do PCP.

O Orador: — Srs. Deputados, não iludamos as questões. Tais razões são de facto as verdadeiras e correspondem ao entendimento ...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Do CDS!

O Orador: — ... que o Primeiro-Ministro faz da forma como exerceu a sua função — está no direito de o fazer, está no direito de o alegar e ninguém lhe pode contestar esse direito.

Aplausos do CDS.

Vozes do PS e do PCP: — Não apoiado!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Perderam o homem e zangaram-se!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Como todos têm conhecimento, o Governo Mota Pinto estava condenado por duas razões: em primeiro lugar, porque não tinha coesão interna, sendo do domínio público que vários membros da sua equipa, nomeadamente o Prof. Jacinto Nunes e outros Ministros, se iam retirar do Governo, o que condenava o Governo a uma inteira ineficácia, porque, se o Governo ainda tinha alguma actuação visível, isso não se devia aos talentos invisíveis do Prof. Mota Pinto, mas à colaboração de outros Ministros ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ..., em segundo lugar, também era evidente que a votação das moções de censura iria acarretar a morte política do Governo.

Assim, as razões apresentadas pelo Prof. Mota Pinto são caracterizadas por uma autopiedade em relação a si próprio, mas não correspondem à verdade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, o Sr. Deputado Amaro da Costa, com a sua conhecida inteligência, que muitas vezes não anda pelos caminhos da razão e da verdade, omitiu estes factos positivos e concretos que toda a gente sabe. Mais do que isso, afigura-se-me que, se porventura o Prof. Mota Pinto tivesse possibilidade e tivesse, por assim dizer, a ombridade de suportar os riscos da democracia, a sua obrigação era apresentar-se aqui e expor perante o Parlamento as suas razões.

Aplausos do PS e do PCP.

Simplemente não o podia fazer, porque a sua equipa não lhe prestava a solidariedade de que necessitava. Quem votou a primeira moção de desconfiança ao Governo do Prof. Mota Pinto foram os seus colaboradores mais próximos, porque verificaram, até pela intimidade que a colaboração lhes proporcionou, que o Prof. Mota Pinto só por lapso é que poderia ter desempenhado as funções que desempenhava até este momento.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, as razões reais da sua demissão são a inexistência de um Governo Mota Pinto — que neste momento até já nem existe — e a incapacidade que o Prof. Mota Pinto tem de governar democraticamente perante o Parlamento, sabendo-se que a confiança do Parlamento é indispensável à subsistência de qualquer governo em qualquer democracia, pelo menos tal como nós a entendemos. A não ser que o Prof. Mota Pinto e o Sr. Deputado Amaro da Costa tenham uma concepção de democracia diversa da nossa, o que também é possível.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Não vou discutir a veracidade ou a falta de fundamento das afirmações feitas pelo Sr. Deputado Salgado Zenha sobre matéria de facto, mas não deixo de sublinhar o curioso conhecimento de pormenor que o Partido Socialista parece ter acerca do IV Governo, acerca dos seus problemas internos, acerca das suas crises internas e das suas eventuais divisões.

Vozes do PS: — São públicas!

O Sr. Narana Colissoré (CDS): — São bruxos!

O Orador: — Não temos esse conhecimento com esse detalhe, apenas sabemos de um pedido de demissão do Vice-Primeiro-Ministro e não sabemos de mais nada. É curioso verificar que o Partido Socialista sabe mais, está mais dentro do Governo do que nós e afinal parece que também teve capacidade de a partir desse pretexto ou dessa informação tirar benefícios políticos para a sua própria estratégia. E fico-me por aqui, cala-te boca, não adiantes mais!

Risos.

Se lapso houve na permanência deste Governo em funções tanto tempo, esse lapso é tão imputável ao Governo — ou porventura menos imputável ao Governo — como ao próprio Partido Socialista, que aqui viabilizou a sua existência. Se lapso houve, foi do Partido Socialista, ao consentir em Dezembro passado que o Governo passasse na Assembleia.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas, Sr. Deputado, em matéria de facto teremos de reconhecer que, quer se queira, quer não, o Orçamento Geral do Estado aprovado não corresponde às ideias e às teses defendidas pelo Governo. É verdade, portanto, que nesse sentido o Governo tem autoridade e legitimidade em matéria de facto para dizer que o seu Orçamento foi desvirtuado. É verdade que em muitos casos a Assembleia, através do mecanismo das ratificações, inverteu a ordem dos factores e introduziu-se na esfera que julgamos da competência normal dos executivos, alterando o sentido político que o mesmo Governo quereria imprimir à sua acção. É verdade que tem funcionado, no último mês e meio, com bastante frequência, em matérias

importantes que dizem sobretudo respeito ao conflito entre a Assembleia e o Governo, a maioria formada pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Afinal o Mota Pinto está aqui entre nós!

O Orador: — Tudo isto é verdade, e portanto, Sr. Deputado, sem me pronunciar sobre a matéria de facto que por mecanismos misteriosos o Sr. Deputado conhece, reporto-me àquilo que é público e que vem no *Diário da Assembleia da República* e que constitui decerto um argumento forte, naturalmente discutível, como todos os argumentos, mas para nós forte e razoável, a favor daquilo que o Primeiro-Ministro afirma como razões legitimantes do conflito que existe entre ele próprio, o seu Governo e a Assembleia da República.

Curiosamente — e talvez aqui estejamos a descobrir o cerne desta nossa pequena troca de impressões —, o Presidente da República parece, de certo modo, avallizar esse ponto de vista e esse entendimento.

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — O mote é seul

O Orador: — E esse aspecto está no facto de ele não ter pejo em considerar como fundamento do pedido de demissão do Governo aquelas mesmas razões que o Governo invoca para se demitir.

E enfim, Sr. Deputado, não vejo que haja alguma coisa de estranho, nem de menos democrático, nem que nos leve sequer a debater aqui a teologia da democracia, no facto de o Governo querer ou não querer aceitar vir aqui discutir as moções de censura. Acho que o Governo nos poupou muito tempo, a nós e ao País, ao ter pedido a sua demissão, sabendo antecipadamente que o PS e o PCP o iam derrubar.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Seria gratuito para o País, seria gratuito para a Assembleia, seria decerto um belo exercício oratório dos Srs. Deputados socialistas e comunistas, seria um ver-se-te-avias a malhar no Governo ...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Não era só no Governo!

O Orador: — ..., mas ele tinha consciência de que estava condenado.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Coitadinho!

O Orador: — Afinal, o condenado à morte — neste caso o Governo — mais não fez do que dizer: sim senhores, aqui estou eu, entrego-me nas vossas mãos, demito-me e poupo-vos os trabalhos dos discursos, poupo-vos as noites e poupo-vos as emissões de televisão.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — E poupou também o CDS!

O Orador: — Decerto o que o Governo não nos pode poupar a nós, nomeadamente ao PS e ao PCP, são responsabilidades.

Aplausos do CDS.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Pedro Roseta, peço que aguarde um pouco, pois o Sr. Deputado Salgado Zenha tinha-se inscrito primeiro para, segundo creio, formular um contraprotesto.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Se o Sr. Presidente me permite, esclareço que pedi a palavra para dar explicações subsequentes à intervenção do Sr. Deputado Amaro da Costa. Se a minha vez é antes ou depois do Sr. Deputado Pedro Roseta, isso fica a cargo da Mesa.

O Sr. Presidente: — Acho melhor o Sr. Deputado Salgado Zenha dar já as explicações.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Engenheiro Amaro da Costa, sob a figura de um contraprotesto, fez uma copiosa intervenção. Não vou entrar numa contra-intervenção, mas vou dar alguns breves esclarecimentos sobre a sua intervenção.

Em primeiro lugar, o Sr. Engenheiro Amaro da Costa disse que não tinha conhecimento da desagregação interna do Governo do Prof. Mota Pinto. Eu dir-lhe-ei que o pior cego é aquele que não quer ver. E de há uns tempos para cá, possivelmente por doença visual, o engenheiro Amaro da Costa já não está a ver bem um certo número de questões e de problemas (*risos*). Não sei como é que se poderá caracterizar essa doença, mas de qualquer maneira o tempo se encarregará de demonstrar que a partir de certo momento o Sr. Engenheiro Amaro da Costa está afectado de uma certa doença visual. Não sei se será «amarismo» ou «pirismo», mas há qualquer doença visual da parte do Sr. Engenheiro Amaro da Costa.

Risos.

Em segundo lugar, o Sr. Engenheiro Amaro da Costa disse que o Orçamento, tal como foi aprovado pela Assembleia da República, não correspondia às ideias do Governo. Bom!, é também uma afirmação da sua responsabilidade, porque eu acho que precisamente o mal do Governo é que não tem ideias, nem nunca teve ideias. Esse é que é o problema e o mal deste Governo.

Em terceiro lugar, o Sr. Engenheiro Amaro da Costa fez referência a um conflito entre o Parlamento e o Governo. Não sei se ele existiu ou se não existiu. Em meu entender, não houve conflito nenhum, houve discordância. Mas, mesmo que tivesse havido conflito, em democracia, quando há um conflito entre o Governo e o Parlamento, é o Governo que se demite e não o Parlamento, como o Sr. Engenheiro Amaro da Costa parece querer pretender.

Aplausos do PS e do PCP.

Em quarto lugar, quanto à minha afirmação de que o Governo não teve a ombridade de vir aqui suportar as discussões da moção de censura, a razão é que ele teve medo da discussão e não que tenha querido poupar o Governo à discussão. Inclusivamente, numa carta enviada a esta Assembleia, agride, por forma injuriosa, a Assembleia da República em termos de ela lhe não poder responder.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Por último, o Governo dá esta tarde uma conferência de imprensa. Isto é, tal como certos ditadores, o Sr. Primeiro-Ministro não sabe dialogar com as instituições democráticas ...

O Sr. Herculano Pires (PS): — Muito bem!

O Orador: — ..., sabe apenas dialogar em termos de não se lhe poder responder. É isso que eu crítico.

Aplausos do PS e do PCP.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para dar explicações muito curtas.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Explicações, Sr. Deputado Salgado Zenha, a começar pelo fim. Mas por que, e por amor de Deus (*risos*), vamos criticar o Governo por fazer conferências de imprensa? Mas o seu partido, que nós tanto respeitamos nos seus créditos democráticos, escolheu uma conferência de imprensa para anunciar a sua moção de censura ao Governo, não veio aqui anunciá-la.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Herculano Pires (PS): — É diferente!

O Orador: — Um documento aprovado em 31 de Maio passado, guardado pelo Sr. Deputado António Reis em *suspense* para efeitos de criar clima na opinião pública, foi divulgado poucos dias depois em conferência de imprensa. Então, sim, o Partido Socialista anunciou a sua moção de censura.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Como estranhar então que o Governo faça também conferências de imprensa a alegar por que resolve demitir-se antes da discussão das moções de censura anunciadas?

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Tenha a bondade.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Deputado, eu não censurei o Governo por fazer conferências de imprensa. Apenas censurei o Governo porque, se ele quiser discutir as fundamentações da moção de censura, é aqui que as deve discutir, não é fora do Parlamento. E eu gostaria que o Sr. Engenheiro Amaro

da Costa, que é uma pessoa eminentemente versada em matéria de direito democrático-constitucional, me citasse um exemplo de um país democrático em que algo semelhante se possa ter passado.

Aliás, se fizemos uma conferência de imprensa, foi para darmos ao Sr. Primeiro-Ministro conhecimento antecipado da matéria que íamos aqui aduzir e, como professor que é, tivesse tempo para se preparar para o exame a que ia ser sujeito; não foi, naturalmente, para lhe furtar essa oportunidade.

Risos gerais.

O Orador: — Ainda bem que me interrompeu, porque me permite citar, de fonte autêntica, documento do Partido Socialista. O Governo limitou-se a cumprir uma indicação, um pedido e uma solicitação que o PS lhe fez com muita insistência em 31 de Maio último.

Na verdade, em 31 de Maio, o PS afirmou:

A verdade é que o Presidente da República se nega igualmente a dar seguimento ao apelo dos partidos para que demita o Governo.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O Presidente da República demitiu hoje o Governo e os Srs. Deputados protestam por não terem aqui o Governo como bombo de festa.

Aplausos do CDS e protestos do PS e do PCP.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sofisma! Está a perder qualidades!

O Orador: — E a verdade, Sr. Deputado — e com isto termino —, é que, objectivamente, os partidos que se mostraram mais paladinos da apresentação de moções de censura e que convergiram nas suas vontades para com elas obter o efeito do derrube do Governo foram o Partido Socialista e o Partido Comunista Português.

Não vou discutir o problema do projecto autónomo do Partido Socialista nem vou entrar nessa polémica, mas diria, Sr. Deputado Salgado Zenha, que tendo o nosso partido que optar, eventualmente, e não tem, entre «amarismo» e «pirismo», é muito pior ter que optar entre «soarismo» e «cunhalismo».

Aplausos do CDS.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Vê-se, vê-se!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Já não é «amarismo» nem «pirismo», é «sá-carneirismo».

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Podia ser para um protesto mas não vale a pena prolongar mais este debate. É para um esclarecimento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Lamento que o Sr. Engenheiro Amaro da Costa ponha hoje a sua inteligência, que todos reconhecem, ao serviço de uma arte que é conhecida, em termos correntes, pela pura sofística. Nós aplaudimos a demissão do Governo Mota Pinto pelo Sr. Presidente da República. É, evidentemente, um sinal inequívoco do nosso comportamento. Não protestámos contra esse facto. Quem protestou contra esse facto foi a bancada do CDS, que se manteve num silêncio e num imobilismo um pouco perturbados pelo desgosto que lhe provocou essa notícia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, nós apelámos para que o Governo Mota Pinto se demitisse e não fosse necessário accionarmos os mecanismos constitucionais. Mas, mesmo que ele tenha pedido a demissão, também a achamos normal após a apresentação das moções de censura. O que não achamos normal é que, tendo-se furtado e esquivado ao seu debate na Assembleia da República, o queira fazer fora desta Assembleia. Ou ele assume esse combate ou então esquia-se a esse combate. O que ele não pode, tendo tomado uma atitude inicial de fuga, é agora dar-se ares de muito valente.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Já chega!

O Orador: — Espero que com estes esclarecimentos tenha terminado o jogo de pingue-pongue entre nós, até para não fatigar mais o Sr. Engenheiro Amaro da Costa que já está com ar cansado.

Risos gerais.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, assim nunca mais acaba o diálogo. O Sr. Deputado Pedro Roseta até já se está a sentir incomodado.

Não pode ficar para outra altura?

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Não, Sr. Presidente, não pode ser.

O Sr. Presidente: — Então faça favor, Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, eu queria comunicar à Mesa, a quem me dirijo neste momento, primeiro, que realmente posso atestar que não estou cansado, isto para efeitos do registo de presenças pelo Sr. Secretário Maia Nunes de Almeida, em segundo lugar, que tenho sempre muito em conta aquilo que o Sr. Dr. Mário Soares diz na televisão, sobretudo aquilo que disse ontem quando reconheceu que era patriótico que o Primeiro-Ministro se demitisse.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata estranha com veemência esta discussão, feita com base na figura, para nós nova, da justificação de palmas ou não palmas. Mas, enfim, o nosso Regimento parece que é efectivamente um espanto! Nele cabe tudo como num albergue espanhol.

Mas eu queria dizer, muito sucintamente, que para nós todos estes assuntos — e chamo a atenção da Mesa para isso — são sérios demais para serem discutidos assim.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Este minidebate não pode ser, com o nosso acordo, uma substituição do debate das moções de censura. Ele não prestigia esta Assembleia e defendemos que lhe deve ser posto termo.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — Mas, já agora, também quero dizer ...

Vozes do PS e do PCP: — Ah!!!

O Orador: — ... que aquilo que nos preocupa — e é a única coisa que eu digo, se a agitação psicomotora ou outra das bancadas do Partido Socialista e do Partido Comunista me deixar que eu diga, e tenho todo o direito de o dizer — é que não só estes assuntos não podem ser discutidos, assim como também a situação do País, não só política, mas económica e financeira, e o nível e qualidade de vida dos Portugueses são suficientemente graves, a nosso ver, para nós não só não participarmos neste debate como nem sequer batermos palmas. Esse é que foi o motivo da nossa atitude (*risos*), tanto mais que, como se ouviu, não foi apontada a única solução que para nós existe para a crise, a consulta ao povo soberano, nem qualquer outra, aliás.

Chamo, pois, a vossa atenção, Srs. Deputados, para tudo isto, porque assim nenhum de vós sairá daqui prestigiado. A situação é grave ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito!

O Orador: — ... e não vejo que haja para nenhum de nós motivo de regozijo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Salgado Zenha (PS): — É para dizer ao Sr. Deputado Pedro Roseta que o minidebate travado entre mim e o Sr. Engenheiro Amaro da Costa não desprestigiou esta Assembleia.

Aplausos do CDS e do PS.

Lamento não poder dizer o mesmo da intervenção do Sr. Deputado Pedro Roseta.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É para dizer ao Sr. Deputado Salgado Zenha que as suas opiniões ficam consigo e que tem de admitir que nós tenhamos outra opinião. Nós não consentiremos que se travem aqui, de uma forma encapotada, debates não previstos.

Aplausos do PSD.

O Sr. João Gomes (PS): — Não tem de consentir ou deixar de consentir!

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Salgado Zenha (PS): — É só para fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Pedro Roseta, se o Sr. Presidente me dá licença.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Eu queria ser esclarecido do seguinte: em que poderes é que o Sr. Deputado Pedro Roseta se fundamenta para não consentir o debate?

Risos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É evidente que quando eu falo assim estou a manifestar a nossa opinião.

Vozes do PS: — Ah!!!

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Não são poderes, são opiniões! Sendo assim, estou esclarecido.

Risos.

O Orador: — Fica esclarecido, e fica muito bem! É de facto nossa opinião, opinião que mantemos, que este debate não deve continuar, a não ser que os senhores queiram discutir as moções de censura. Mas, se é isso que querem, chamo a vossa atenção para o facto de não ter sido isso que ficou combinado na conferência dos presidentes dos grupos parlamentares. Aliás, nós já estamos habituados a que muitas coisas combinadas nessa conferência sejam aqui postas de lado. Mas por esta via, Srs. Deputados, onde é que nós vamos parar?

Evidentemente que aquilo que eu digo já o disse várias vezes nesta Assembleia. São meras opiniões minhas. Agora exijo que sejam respeitadas, tal como nós respeitamos as dos outros.

É evidente que nós respeitamos o que a maioria quer, mas temos o direito de pensar — e o povo será o juiz — que este debate não serve para nada.

O Sr. Vasco da Gama Fernandes (Indep.): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, há várias inscrições antes da sua.

O Sr. Vasco da Gama Fernandes (Indep.): — Nesse caso, havendo Deputados inscritos antes de mim, aguardo a minha vez.

O Sr. Presidente: — Como estava a insistir muito, dei-lhe uma explicação.

O Sr. Vasco da Gama Fernandes (Indep.): — Eu não insisto e apenas levantei o braço uma vez. O Sr. Presidente é que não está a ver bem.

Risos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito, suponho que para um protesto.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Se o Sr. Presidente me obrigar a usar a figura regimental do protesto, eu usá-la-ei. Só que não era essa a minha intenção, pois desejava apenas dar um esclarecimento em relação à intervenção do Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Pelo nosso lado, não entendemos que aquilo que aqui se passou tenha de alguma maneira violado o que se estabeleceu na conferência dos presidentes dos grupos parlamentares. Aliás nessa conferência Deputados do meu grupo parlamentar — e creio que com a aquiescência de todos — declararam que, muito embora nesta sessão não se fizessem declarações políticas de fundo, entendíamos que o Sr. Presidente deveria dar a palavra a qualquer Deputado que a pedisse para qualquer comentário ou observação que entendesse.

E, uma vez que estou no uso da palavra, queria reforçar o que disse há pouco, depois de tantas declarações que foram feitas, em relação ao regozijo de que a minha bancada deu provas ao aplaudir parte da mensagem do Sr. Presidente da República: para nós, Deputados comunistas, o maior motivo de regozijo é o facto de a notícia que hoje nos chega coroar seis meses de luta popular.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No meio de tantas declarações, quanto a nós feitas um bocádo a despropósito, a UDP quer dizer que aplaudimos a comunicação da Mesa, tal como aplaudimos as palavras do Sr. Dr. Mário Soares, porque entendemos que de facto é uma grande vitória para o movimento popular a queda do Governo Mota Pinto.

Quanto à discussão que se tem vindo aqui a travar, seja-nos apenas permitido um comentário: tal como no futebol um jogador, por muito virtuoso que seja, se estiver muito tempo no estaleiro, perde muitas qualidades, assim também o Sr. Deputado Amaro da Costa tem perdido ultimamente muitas qualidades.

Risos.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — O senhor não é Acácio Barreiros, mas sim Acácio «Marreiros».

O Orador: — O Sr. Deputado Cunha Simões nunca teve qualidades.

Risos.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Mas que nível

O Orador: — Daqui apelo, já não digo à inteligência, mas ao menos ao bom senso para que o CDS não leve a sua vocação saudosista ao ponto de continuar a lamentar um Governo que já não é Governo e um Primeiro-Ministro que já não é Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Pedi a palavra só para descansar a alma inquieta e piedosa do Sr. Deputado Acácio Barreiros.

Nós não estamos lamentando ninguém nem nada.

Risos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Isso não é generosidade. É reconhecimento, gratidão!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O esclarecimento que quero prestar vem já um pouco fora de tempo. Ele dizia respeito às palavras do Sr. Deputado Amaro da Costa há pouco proferidas.

Foi dito pelo CDS que a razão do Governo para apresentar a sua demissão, o alegado boicote que esta Assembleia realizaria à acção do Governo era, no entender do CDS, uma razão justa e justificável.

O Sr. Deputado Amaro da Costa invocou como primeiro fundamento para essa razão — suponho, naturalmente, que o mais importante — o facto de esta Assembleia ter aprovado o Orçamento Geral do Estado com alterações relativamente profundas. A este respeito gostaria de dar um esclarecimento que penso ser objectivo e que permitirá à Câmara ajuizar da verdade ou, pelo menos, da oportunidade das palavras do Sr. Engenheiro Amaro da Costa.

O Governo, ao apresentar o seu Orçamento, considerou como objectivo fundamental alcançar o equilíbrio das contas correntes do Estado ou, tendencialmente, um *deficit* corrente do Orçamento tão pequeno quanto possível. Na realidade, a segunda versão do Orçamento apresentava um *deficit* de cerca de 6,5 milhões de contos e as propostas apresentadas por esta Câmara, no essencial posso dizê-lo, propostas apresentadas pelo Partido Socialista, agravaram esse *deficit* em mais cerca de 7 a 7,5 milhões de contos, o que, em nosso entender e no entender comum das pessoas que têm estado ligadas aos problemas da política económica portuguesa, não impede a realização dos objectivos essenciais da própria política económica do Governo e, em particular, a baixa das taxas de juro

e do ritmo de desvalorização do escudo, medidas que o CDS tem, e bem, considerado medidas oportunas e necessárias.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Não é bem assim!

O Orador: — Mas manda a verdade que se diga que, se tivessem feito vencimento nesta Câmara, as posições apresentadas pelo CDS e se as votações nas quais o CDS participou se tivessem concluído favoravelmente às posições defendidas pelo CDS, o *deficit* teria sido acrescido em muito mais de 15 milhões de contos, o que tornaria o Orçamento um instrumento completamente desajustado dos objectivos de política económica que referi.

Em nosso entender, portanto, esta Câmara, no essencial e em medidas que consideramos as fundamentais para a recuperação económica do País, não impediu nem boicotou a acção do Governo e isso, posso dizê-lo com legítimo orgulho, ficou a dever-se em grande parte ao sentido de responsabilidade que o Partido Socialista revelou no debate do Orçamento.

Era apenas este esclarecimento que queria dar.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria dar três esclarecimentos ao Sr. Deputado António Guterres.

É verdade que o Partido Socialista e o Partido Comunista votaram aqui três leis fundamentais que têm um efeito importante de carácter restritivo, para não citar outros, no que diz respeito à prossecução de uma política económica de clarificação do sistema económico, mesmo dentro dos parâmetros de um sistema económico misto que o Sr. Deputado e o seu partido tantas vezes têm defendido. Refiro-me, em concreto, à lei que diz respeito à alienação de bens de empresas públicas intervencionadas, à ratificação do decreto-lei sobre desintervenção de empresas por parte do Estado e à lei de rectificação da Lei da Reforma Agrária.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Rectificação, diz muito bem!

O Orador: — São três leis fundamentais que não só invertem o sentido de legislação e prática política de governos da responsabilidade do Partido Socialista, como correspondem objectivamente a uma aproximação, naturalmente legítima, de perspectivas de leitura económica entre o Partido Socialista e o Partido Comunista no que diz respeito ao grande desenho das estruturas económicas portuguesas e à forma de entender a preparação da economia portuguesa para a integração no Mercado Comum.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — São estas algumas das razões fundamentais que eu invoco para alicerçar o ponto de vista de que realmente tem havido uma crescente desproporção, assimetria, senão mesmo divergência, entre as concepções do Governo, inicialmente avalizadas

pelo Partido Socialista ao abster-se, em Dezembro passado, no voto de rejeição do Programa do Governo, e aquelas que hoje adopta.

Em segundo lugar, quanto à questão do Orçamento, dar-lhe-ia as seguintes explicações:

Nós tivemos ocasião de sublinhar no debate sobre esta matéria, em Março passado, que apresentámos um conjunto de propostas que, a nosso ver, compatibilizavam as exigências da contenção do *deficit* orçamental corrente com a necessidade de eliminar sobrecargas fiscais negativas, neste momento e sempre, dadas as perspectivas que se abrem no nosso país. Essas propostas — e eram numerosíssimas, como o Sr. Deputado sabe — não foram tidas em consideração nem pelo seu partido nem pelo Governo. E é nessa medida e a essa luz que nós nos sentimos à vontade para não poder avalizar aspectos de política fiscal que o Governo resolveu manter e que, naturalmente, teriam de ser equacionadas num âmbito.

Acresce ainda que para nós o princípio do equilíbrio orçamental corrente é duplamente útil: por razões de doutrina económica geral, mas também por razões negociais externas. Mas defendemos um ponto de vista, que é naturalmente diferente do do Sr. Deputado, segundo o qual os programas de estabilização económico-financeira de efeitos conjunturais — e a política orçamental inscreve-se muitas vezes nesse tipo de preocupações — só têm sentido e só fazem luz num quadro de medidas de correcção estrutural da economia, sem as quais os programas de estabilização que se traduzem em austeridade não são mais do que a porta aberta para novos ciclos de austeridade de que nunca se sairá se não houver o poder político, a coragem política e a clareza política, de par com a capacidade suficiente, para fazer as correcções estruturais que se impõem, mesmo atendendo aos circunstancialismos portugueses, que são muito específicos e diferentes dos dos outros países.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É este ponto de vista que o Partido Socialista não quer adoptar porque anda efectivamente nesta matéria — é a nossa opinião, discutível, mas é a nossa — a reboque de um tipo de hipoteca ideológica que tem sido propagandeada, em torno do conceito da recuperação capitalista, por parte do Partido Comunista.

Aplausos do CDS.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — O papão!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Já disse o discurso todo que trazia preparado!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Não vou responder ao Sr. Deputado Amaro da Costa acerca da sua última insinuação. Procurarei ater-me apenas a questões concretas e objectivas que não dependem das opiniões, mas tenham a ver com matéria de facto.

Sobre o conceito de austeridade estamos inteiramente de acordo e precisamente a razão que invoquei para a justificação da limitação do *deficit* era que ela tornava compatíveis e possíveis medidas de relançamento económico, das quais apontei ao Sr. Deputado as duas que considero mais relevantes: o abaixamento das taxas de juro e a diminuição do ritmo de desvalorização do escudo. São medidas essenciais para a recuperação económica, não são medidas de austeridade, não são medidas de estabilização. É precisamente o início do fim de um programa de estabilização que teve de ser particularmente duro no momento em que o nosso *deficit* de pagamentos externos era particularmente sensível, mas cujos resultados, graças à acção do II Governo Constitucional e ao êxito do programa de estabilização aplicado, se começam agora a tornar possíveis se soubermos manter em relação a outros aspectos, como o *deficit* orçamental, uma atitude responsável.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Dá-me licença, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Deputado, naturalmente estamos a exceder-nos muito no âmbito das intervenções.

O Sr. Pedro Roseta (CDS): — Lá isso estão!

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Apenas faço esta observação por razões meramente formais e protocolares, não por razões de fundo.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — O Orçamento já foi aprovado!

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Queria fazer dois comentários muito simples a propósito disso: as medidas que cita, a diminuição das taxas de juro e a diminuição do ritmo de desvalorização do escudo são medidas de natureza puramente conjuntural, como eu disse.

Está a dar-me razão quando eu acentuo que o programa de estabilização é, naturalmente, um pressuposto de qualquer política de relançamento, pelo menos se é uma política de equilíbrio prévio ou de tentativa de restauração de certos equilíbrios prévios, limitada embora, porque há outras políticas possíveis para restauração dos equilíbrios macroeconómicos que não sejam apenas através do recurso a políticas monetaristas. De qualquer modo, o certo é que são instrumentos de intervenção conjuntural — e neste ponto eu sublinhava a minha intervenção anterior, no que diz respeito ao confronto entre essas medidas e as de carácter estrutural, para as quais é necessário um poder político mais claro e mais determinado na sua opção europeia.

Outra observação que queria fazer-lhe é a de que nós poderemos estar de acordo em que medidas como a desvalorização atenuada do escudo e a redução das taxas de juro são em si mesmas positivas. Mas é ou não verdade que, se essas medidas não forem acompanhadas de outras de natureza também conjuntural, e de algumas de natureza estrutural, esse tipo de

medidas pode provocar tensões inflacionistas mais acrescidas e eventualmente ter reflexos negativos também no próprio programa de estabilização?

Uma voz do PS: — O Acácio tem razão, estás em baixa de forma!

O Orador: — O Sr. Deputado abusou um pouco do tempo que lhe concedi.

Quero dizer-lhe apenas — em relação às questões estruturais já lá irei — que em relação aos efeitos negativos o primeiro impacte dessas medidas será necessariamente o contrário, porque ao reduzir-se o ritmo de desvalorização do escudo o que se vai passar é uma redução do impacte da inflação externa sobre a interna e mesmo a baixa das taxas de juro terá a curto prazo um efeito positivo sobre a taxa de inflação.

Vou abordar agora os outros argumentos que apresentou, visto que não perdi o fio à meada, apesar da sua interrupção.

O Sr. Deputado Amaro da Costa disse que tinha votado a favor de um *deficit* mais elevado porque o Governo não tinha aceite, e o Partido Socialista também não, um conjunto de medidas de política económica que o CDS propôs. Logo, não é a Assembleia que boicota a acção do Governo, é o Governo que boicota os desejos do CDS.

Protestos do PSD.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Isto é a discussão do Orçamento e do Plano?!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Guterres, peço-lhe para abreviar a sua intervenção, visto que já há protestos da Câmara e não se justifica estar novamente a discutir o Orçamento e o Plano.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Finalmente, o Sr. Deputado citou três leis, a propósito do funcionamento — suposto, a meu ver — da chamada «maioria de esquerda», que condicionariam gravemente no futuro a situação do País. São as leis que dizem respeito à alienação de bens das empresas públicas, a lei de alteração das Bases Gerais da Reforma Agrária e a que diz respeito às desintervensões.

Sobre a lei das desintervensões está concluído o processo legislativo. No essencial, pretendeu-se apenas que passassem a ser regidas por decreto-lei, com vista ao aumento fiscalizador da Assembleia da República. O impacte desta medida é nulo porque, conforme o Sr. Ministro Alvaro Barreto reconheceu, faltam apenas desintervencionar dez empresas e não é com uma medida deste tipo que se altera a estrutura económica do País.

Acerca das outras duas leis, são medidas que tem o processo legislativo em curso, estão em apreciação na especialidade e o Partido Socialista já afirmou, e já reiterou, a sua total abertura à consideração das posições razoáveis de outros partidos, para que as versões finais dessas mesmas leis sejam tão compatíveis quanto possível com os interesses do povo português.

Não é portanto verdade, em nossa opinião, que haja uma qualquer suposta «maioria de esquerda» que

esteja a causar graves distorções à vida económica do País ou a boicotar a acção do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Macedo Pereira: — Não apoiado!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, queria afirmar que por este processo a Assembleia está pura e simplesmente a autodegradar-se e autodestruir-se.

Protestos.

Queria perguntar ao Sr. Presidente em que figura regimental e em que ordem do dia é que se insere e integra o tipo de debate que se gerou aqui nas últimas dezenas de minutos.

Protestos.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Ao que o PSD chegou!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José Vitorino, o debate que se travou foi de análise aos documentos e exposições políticas hoje surgidos.

O Presidente da Assembleia da República não sabe quanto tempo é que podem durar as intervenções dos Deputados, por isso não pode estar a interromper a cada momento quando, como hoje, vê que a Câmara os está a apoiar.

Aplausos do PS e do CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Rodrigues.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A situação do País é, simultaneamente, grave e simples.

Grave porque, apesar da vontade expressa pela maioria da população trabalhadora, assistimos, e continuamos a assistir, aos ataques do general Eanes e dos seus governos às conquistas da Revolução de Abril, às liberdades e à própria democracia.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governo do general Eanes, o Governo Mota Pinto, rejeitado por todo o País, derrotado pela determinação e vontade dos trabalhadores portugueses de Norte a Sul — e é preciso dizer que foi a vontade, a determinação, a luta dos trabalhadores de Norte a Sul, materializada na Pánsqueira, na Sorefame e noutros pontos do País, que derrotou o Governo Mota Pinto —, serviu para demonstrar que os trabalhadores portugueses querem a demissão do Sr. General Ramalho Eanes, visto que é o responsável por todas as crises políticas de há vários meses a esta parte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A situação é também simples porque nesta Assembleia está inscrita a solução que salta aos olhos de todos os trabalhadores, visto que os partidos em que eles votaram estão aqui em maioria. A saída que eles sentem palpável vai no sentido de esses partidos assumirem as suas res-

ponsabilidades e constituírem Governo, foi para isso que eles votaram derrotando o PSD e o CDS.

Sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a situação é simples e os Deputados do PS e do PCP ou constituem Governo contra os capitalistas, contra a hierarquia militar, pela defesa das conquistas da Revolução, ou então continuam a colaborar com o general Eanes, o responsável de todas as crises deste país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de terminar dizendo que o Sr. Deputado António Guterres acabou de afirmar que a queda e derrota do Governo Mota Pinto foi feita contra a vontade do Partido Socialista, visto que a acção do seu grupo parlamentar foi no sentido de não boicotar nem sabotar a actuação do Governo. Isso é verdade, mas lá fora a vontade era outra. Daí que as movimentações dos trabalhadores tenham derrotado o Governo Mota Pinto e colocado na ordem do dia a saída do general Eanes.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Uma desgraça nunca vem só!

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Peço desculpa de lhes roubar um pouco de tempo, mas não é para vir discutir a forma como o Primeiro-Ministro Mota Pinto abandonou o cargo que desempenhava, porque tenho para mim que o Governo Mota Pinto não caiu, esboroou-se.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo Mota Pinto não teve a dignidade de sair pela porta grande — e sair pela porta grande era ter vindo aqui anunciar o seu pedido de demissão.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Pedi a palavra para voltar àquilo que foi o início da nossa troca de impressões suscitada pela intervenção — do meu ponto de vista, extremamente oportuna — do Sr. Deputado Mário Soares, pese embora o não consentimento do Sr. Deputado Pedro Roseta!

Risos.

Permita-me, Sr. Deputado Pedro Roseta, que aqui diga que talvez o nosso Regimento seja um espanto, mas é verdade que nesta Casa há muitos Deputados que são um espanto! Mas isto foi um parêntese, Sr. Deputado.

Risos.

Voltando, portanto, àquilo que foi o início deste minidebate, queria dizer, de uma forma clara, que os meus aplausos e os dos meus camaradas se não dirigiam ao comunicado que nos foi lido pelo Sr. Presidente da Assembleia da República — e sublinho que nos foi lido pelo Sr. Presidente da Assembleia da República —, e que não nos foi enviado pelo Sr. Presidente da República, mas apenas à demissão do Governo Mota Pinto.

Gostaria ainda de dizer que seria fácil e legítimo concluir da leitura desse comunicado que o Sr. Presidente da República avaliza os argumentos avançados pelo Governo Mota Pinto no seu pedido de demissão, porque, se assim não fosse, seria elementar que o Sr. Presidente da República explicasse por que razão aceitou a demissão do Governo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Eu poderia fazer este raciocínio, no entanto penso que o esclarecimento deveria ser dado pelo Sr. Presidente da República. Aguardarei que ele o dê, na certeza de que, se esse esclarecimento não vier, o silêncio será uma prova suficiente para nos esclarecer a todos.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco da Gama Fernandes.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente, para um curtíssimo protesto.

O Sr. Vasco da Gama Fernandes (Indep.): — Sr. Presidente, dueto é que não pode ser, até porque saía com certeza desafinado.

Risos.

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sr. Deputado Vasco da Gama Fernandes, mas terei de dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Roseta para fazer o protesto.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, não queríamos intervir mais neste não sei se diga debate, porque não sei se de facto o é.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É só pobreza de ideias!

O Orador: — No entanto, sempre queria dizer ao Sr. Deputado Lopes Cardoso que em todas as Assembleias os Regimentos deviam servir para proteger as minorias e que essas próprias minorias não deviam consentir em violações regimentais. Era esse o sentido da minha intervenção.

O que é espantoso é que, a nosso ver, sem explicações cabais de ninguém, se façam aqui coisas diversas que não têm cobertura regimental, se façam debates que se prolongam — e este possivelmente acabará outra vez às 4, 5, 6 ou 7 horas da manhã, pois não tem limite ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que é facto, isto é uma opinião, é que estamos em plena violação do Regimento. E, Sr. Deputado Lopes Cardoso, o que também é um espanto é que haja Deputados que, ainda que tendo a maioria absoluta, se permitam violar o Regimento esquecendo que as opiniões dos outros são sempre respeitáveis, ainda quando esses outros — como é o nosso caso — aguardam pacientemente, embora não concordando, acabando mesmo por consentir, contrafeitos, aquilo que consideram, julgo que com justiça, violações regimentais. É a nossa opinião e continuamos a mantê-la.

Achamos até que já se fez aqui uma coisa que julgo inédita, que é discutir, tanto quanto me apercebi, leis que já foram aprovadas nesta Assembleia. Mas o que é que ainda estaremos para ver, Sr. Presidente?!

O Sr. José Vitorino (PSD): — Muito bem!

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Sr. Presidente, muito rapidamente era apenas para dizer que, aos meus olhos e creio que aos de outros Deputados, a intervenção do Sr. Deputado Pedro Roseta terá pelo menos confirmado algo daquilo que há pouco afirmei na minha intervenção.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco da Gama Fernandes.

O Sr. Vasco da Gama Fernandes (Indep.): — Sr. Presidente, V. Ex.^a tinha razão quando no início desta sessão colocou o problema à Câmara, a meu ver com toda a correcção, na medida em que, depois da comunicação que chegou à Mesa, V. Ex.^a teve a bondade de a ler. Mas depois disso suponho que só havia uma coisa a fazer, que era encerrar a sessão e irmo-nos embora.

Aplausos do PSD. e protestos do PS.

Mas, já que a sessão continuou — antes de mais nada quero dizer que as palmas não me comovem nem os protestos me perturbam ...

Mas, como ia dizendo, já que a sessão continuou, queria dizer a V. Ex.^a que tenho estado aqui atento, como aliás é meu dever, mas um pouco estarecido com o que se está a passar. Ontem, por exemplo, na televisão assistimos às descomposturas de duas pessoas respeitáveis, com problemas que não interessavam ao povo português. A seguir tivemos uma espécie de «futebolismo político», que teria, de certo modo, algum interesse, mas também me parece que foi bastante indiferente ao povo português. Agora uma nova originalidade: estamos aqui com apupos e com aplausos em face das exéquias de um Governo. Não percebo o que é que estamos aqui a fazer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não se está a ouvir quase nada. Era favor falar mais perto do microfone.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Eu estou a ouvir muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, tenho uma certa aversão a este «sorvete».

Risos.

Suponho que a Câmara teria ouvido o que disse, mas quero dizer-lhe que o problema que se está aqui a tratar está totalmente deslocado.

Estamos na presença de uma comunicação feita pelo modo que V. Ex.^a acabou de ler. Esta Câmara não tem de voltar a discutir problemas que já estão transitados, como os do Orçamento, das contas, das opiniões de cada um dos partidos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Acho que estamos a dar um espectáculo que, podem ter a certeza, não é indiferente ao povo português, que há-de estar neste momento tão estarecido como alguns de nós perante aquilo que está aqui a passar-se, que é um espectáculo de muito mau gosto ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Não apoiado!

O Orador: — ... e que não adianta coisa nenhuma. Estamos na presença de uma crise cuja evolução não podemos prever, e pedia aos Srs. Deputados, se quiserem, porque se não quiserem também não me importo com isso, um pouco de respeito pelos mortos, já que se trata de umas exéquias, e que fôssemos trabalhar, que é uma coisa que há muito tempo se não faz nesta Câmara, com acerto e com consideração.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS e do PCP: — Não apoiado!

O Orador: — Eu não ouvi agora os piropos que me foram dirigidos da minha direita, e pena é, pois gosto que, quando as pessoas falam, falem de maneira que eu as entenda.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Deputado, pela parte que me toca, eu disse apenas «não apoiado».

O Orador: — Isto de «meias bocas» não me serve. Quando quiserem dizer-me alguma coisa, digam-ma frontalmente e de caras e não com a boca meio fechada.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, fale para o microfone, se faz favor.

O Orador: — Estou a falar ao microfone.

O Sr. Presidente: — Mas pela maneira como o faz não se ouve.

O Orador: — V. Ex.^a é que naturalmente não ouve, mas a culpa não será minha.

Risos.

O que lhes garanto é que, se os Srs. Deputados estão convencidos de que estão a fazer uma bonita figura, estão totalmente enganados — é pelo menos essa a minha convicção.

Sr. Presidente, V. Ex.^a acertou, e estou inteiramente de acordo consigo — já não estando tanto de acordo com a sua impaciência quando me quis conceder a palavra —, mas estou de acordo com V. Ex.^a quando logo no início desta sessão declarou formalmente e com toda a dignidade que estávamos aqui para receber uma comunicação feita pelo Sr. Presidente da República e nada mais. O que estamos aqui a fazer é a perder tempo e sou levado a pensar que há nesta Assembleia muita gente com a frustração de não terem tido, durante dois dias e três noites, a oportunidade de discutir as moções de censura.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

Vozes do PS: — Outra vez?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Sr. Deputado Vasco da Gama Fernandes, não partilho, naturalmente, da opinião que emitiu.

Uma voz do PS: — Isso acontece todos os dias!
Risos.

O Orador: — Certamente!

Além do mais, gostaria de dizer-lhe que creio que o Sr. Deputado acabou de incorrer num erro: é que nós não assistimos a uma comunicação do Sr. Presidente da República a esta Câmara, pois ele não se dignou comunicar coisa alguma a esta Câmara. O que assistimos foi à leitura de um comunicado lido à imprensa. Nesse sentido, pergunto ao Sr. Deputado se entende ou não que o órgão máximo da soberania se deve pronunciar sobre uma situação de crise que se vive no País ou se, pelo contrário, devemos entregar os destinos deste país a uma pessoa que tem governado contra a vontade popular.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco da Gama Fernandes.

O Sr. Vasco da Gama Fernandes (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Penso que se trata de uma questão vesicular. Já percebi que o Sr. Deputado Aires Rodrigues tem o Sr. General Ramalho Eanes na vesícula. Eu não tenho nada com isso.

Limitei-me simplesmente a fazer uma crítica como entendia que devia fazer. O Sr. Deputado Aires Rodrigues entende o contrário, e está no seu direito. Aliás, passámos quase a vida inteira a discordar um do outro.

Simplesmente apercebi-me de algumas novidades da parte do Sr. Deputado, ou seja, de que o povo português, do Sul ao Norte — resta-me saber de Leste a Oeste —, está todo com o Sr. Deputado Aires Rodrigues. Quero dizer-lhe que isso não é verdade.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado está a pedir a palavra para discutir assuntos pessoais, o que não pode ser.

Como mais ninguém quer usar da palavra, está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 30 minutos.

O Chefe da Divisão de Redacção, José Pinto.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Alfredo Fernando de Carvalho.
António Chaves Medeiros.
António Fernando Marques Ribeiro dos Reis.
António José Sanches Esteves.
Carlos Alberto Andrade Neves.
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Etelvina Lopes de Almeida.
Fernando Tavares Loureiro.
Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto
João Alfredo Félix Vieira Lima.
João Francisco Ludovico da Costa.
João da Silva.
Joaquim Manuel Barros de Sousa.
José Cândido Rodrigues Pimenta.
José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão
Luís Filipe Nascimento Madeira.

Partido Social-Democrata (PSD)

Anatónio Manuel dos Santos Vasconcelos.
António Coutinho Monteiro de Freitas.
António José dos Santos Moreira da Silva.
António Júlio Simões de Aguiar.
Carlos Alberto Coelho de Sousa.
Cristóvão Guerreiro Norte.
João Vasco da Luz Botelho Paiva.
José Adriano Gago Vitorino.
Nicolau Gregório de Freitas.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.
João Gomes de Abreu de Lima.
João Lopes Porto.
José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
Luís Esteves Ramires.

Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
Domingos Abrantes Ferreira.
Francisco Miguel Duarte.
Jaime dos Santos Serra.
Joaquim Gomes dos Santos.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Independentes

Américo de Sequeira.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 António Jorge de Oliveira Aires Rodrigues.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 José Alberto Ribeiro.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.
 Olívio da Silva França.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.
 Rui Manuel Parente Chancercelle de Machete.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

António Fernandes da Fonseca.
 António Francisco Barroso Sousa Gomes.
 José Gomes Fernandes.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Telmo Ferreira Neto.

Partido Social-Democrata (PSD)

Eduardo José Vieira.
 Fernando José da Costa.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 José Bento Gonçalves.
 José Rui Sousa Fernandes.
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
 Mário Júlio Montalvão Machado.

Centro Democrático Social (CDS)

António Simões Costa.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Rui Garcia de Oliveira.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Zita Maria de Seabra Roseiro.

Independentes

António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 António Manuel Barata Portugal.
 Carlos Galvão de Melo.
 José Ferreira Júnior.
 Mário Fernando de Campos Pinto.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDACÇÃO, *José Pinto.*

PREÇO DESTE NÚMERO 8\$00

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA